



Destaque Rural Nº 299

26 de Setembro de 2024

AS REDES SOCIAIS DA INTERNET¹: UM NOVO REPERTÓRIO NA GOVERNAÇÃO DOS DESASTRES “NATURAIS” EM MOÇAMBIQUE?

Uacitissa Mandamule², Dércio Tsandzana³ e Nehemias Lasse⁴

RESUMO

Este artigo procura analisar o papel e o lugar das redes sociais da Internet na governação dos desastres ditos “naturais”, num contexto de regime climático global intenso e dinâmico. Da análise da evolução do espaço digital em Moçambique e a sua utilização em contexto dos desastres “naturais”, fez-se uma “netnografia” das redes sociais da Internet do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), particularmente no Facebook. Conclui-se que, de espaços de manifestação de solidariedade durante as emergências, colecta de donativos e valores monetários destinados à assistência humanitária às populações afectadas, as redes sociais de Internet têm também mostrado ser uma ferramenta importante na gestão dos desastres a nível nacional, bem como de crítica social às acções do INGD.

Palavras-chave: Desastres; Internet; assistência humanitária; governação; Moçambique, INGD.

1. INTRODUÇÃO

“O ciclone Idai desapareceu das manchetes [dos *media*], mas o seu impacto maior ainda deve ser sentido”. É desta forma que no dia 28 de Maio de 2019, a organização humanitária Care-Moçambique destacou os impactos provocados por aquele que foi considerado um dos maiores desastres a atingir o sudeste do Oceano Índico nas últimas duas décadas⁵: o ciclone Idai. A aproximação daquele evento – ocorrido em Março de 2019, foi amplamente noticiada pela grande *media*, nacional e internacional. Posteriormente, as imagens e rastros

¹ Ao longo do presente texto, o termo Internet é escrito pela sua inicial maiúscula.

² Doutorada em Sociologia. Pesquisadora no Observatório do Meio Rural.

³ Doutorado em Ciência Política. Escola de Comunicação e Artes, Universidade Eduardo Mondlane.

⁴ Mestrando em Gestão de Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas pela Universidade Eduardo Mondlane. Estagiário de pesquisa, Observatório do Meio Rural.

⁵CARE, <https://www.care.org/pt/news-and-stories/press-releases/cyclone-idai-faded-from-news-headlines-but-its-larger-impact-is-yet-to-be-felt/>. Consulta em 29/01/2024.

da destruição circularam, de maneira mais ampla, nas redes sociais da Internet⁶ (Facebook, WhatsApp, Instagram), fazendo daquele desastre, o que Vidal (2014), citado por Calandra (2022), considera ser um “fenómeno mediático total”.

As imagens partilhadas nas redes sociais da Internet são perturbadoras: são localidades e/ou distritos inteiros isolados do resto da região por causa das inundações; estradas e pontes destruídas, impossibilitando a circulação de pessoas, veículos e mercadorias; vastos campos agrícolas submersos; pessoas ao relento, outras abrigadas em árvores e nos telhados das casas e outros edifícios (Mandamule, 2023). Embora particular, este “tsunami digital” (Hecker, 2014), que acompanhou a passagem do ciclone Idai e as inundações que se lhe seguiram, não constitui uma excepção em contextos de crises (IFRC, 2013; Calandra, 2022). De facto, após aquele desastre, vários outros se seguiram, tendo sido igualmente bastante noticiados, partilhados nas redes sociais da Internet e comentados pelos usuários. Tal foram os casos, por exemplo, dos ciclones Kenneth (Abril 2019), Eloíse, Guambe e Chalane (2021), Ana, Dumako e Gombe (2022), Freddy (2023) e Filipo (2024), e das inundações no sul da província de Maputo, em 2023 e 2024⁷.

A cada evento, assistiu-se ao que Pasín (2003) designou de “energia social espontânea”, isto é, uma forte mobilização em prol da assistência humanitária às vítimas, sem precedentes. Também se verificaram acções mais localizadas de algumas associações e organizações não-governamentais moçambicanas, dentro e fora do país. Nesta senda, este Destaque Rural centra-se na articulação entre a utilização das redes sociais de Internet e os seus impactos na governação dos desastres. Numa primeira fase, são apresentados o contexto e a evolução da utilização das redes sociais de Internet em Moçambique. De seguida, faz-se uma análise das redes sociais digitais do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), particularmente no Facebook – a rede social da Internet mais usada em Moçambique. De forma preliminar, conclui-se que, no contexto actual, mais do que instrumentos “informais” de coordenação da ajuda humanitária, o recurso às redes sociais de Internet e às redes de telefonia móvel são importantes na abordagem institucional sobre a redução do risco de desastres, boa governação, transparência e prestação de contas, tanto para o público, quanto para os actores e parceiros nacionais e internacionais.

⁶ Em alguns momentos, este termo será igualmente designado de redes sociais digitais.

⁷ Segundo dados do INGD (2022), entre 2016 e 2022, o número de pessoas afectadas por eventos hidrometeorológicos extremos foi de 469.430 milhões, sendo 2.684 pessoas feridas e cerca de 700 pessoas mortas, o número de casas parcialmente destruídas foi de 331.937 e o número de casas totalmente destruídas de 235.185. O número de casas inundadas e de infra-estruturas destruídas, total ou parcialmente, foi de 187.011.

2. O ESPAÇO DIGITAL EM MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO E UTILIZAÇÃO

Desde o seu surgimento à escala mundial, no início dos anos 1990, a Internet revelou-se uma ferramenta indispensável em vários sectores do nosso quotidiano. Por essa via, o exercício de vários direitos cívico-sociais – acesso à informação e liberdade de expressão – encontra na Internet uma forma de amplificação, podendo ser designada de “cidadania digital” (Joanguete & Tsandzana, 2023), e Moçambique não tem sido excepção. Historicamente, Moçambique foi um dos primeiros países em África a ter uma política global de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Assim, desde a sua conclusão em 2002, a Política de Informática e respectiva Estratégia de Implementação forneceu o quadro para as iniciativas de TIC no país, visando alcançar resultados de desenvolvimento. Contudo, não é nossa intenção fazer o levantamento histórico ou legal sobre o quadro das TIC no país, embora se possa afirmar que, em geral, a difusão das TIC em Moçambique está limitada pelas infra-estruturas de conectividade. Esta limitação está aliada à existência de grandes áreas do país que não têm rede de energia, nem comunicações por telefone fixo, razão pela qual os telefones celulares são hoje, e crescentemente, o primeiro meio de comunicação.

2.1 Redes sociais da Internet

Não se pode determinar com exactidão o número de usuários de Internet no país⁸, muito menos dos que usufruem das redes sociais da Internet. Como ilustra a figura 1, até Janeiro de 2024 havia perto de 8 milhões de utilizadores de Internet em Moçambique, o que significa que a penetração da Internet era de quase 23% de conectados diariamente num dispositivo móvel ou computador. Um total de 18,91 milhões de ligações móveis celulares estavam activas em Moçambique no início de 2024, o que equivale a 55% da população total.

A mesma fonte (DataReportal, 2024) indica que os utilizadores de Internet em Moçambique aumentaram em 842 mil (11,8%) entre 2023 e 2024. Este número de utilizadores revela que 26,41 milhões de pessoas em Moçambique não utilizavam a Internet no início de 2024, ou seja 77% da população permanecia *offline* no início do ano. No entanto, as complexidades associadas à recolha e análise dos dados dos utilizadores da Internet significam que, muitas vezes, pode demorar vários meses até que o levantamento esteja pronto para publicação.

⁸ Existem dados divergentes sobre o número de usuários da Internet no país. No presente texto, escolheu-se usar os dados publicados pela DataReportal.com.

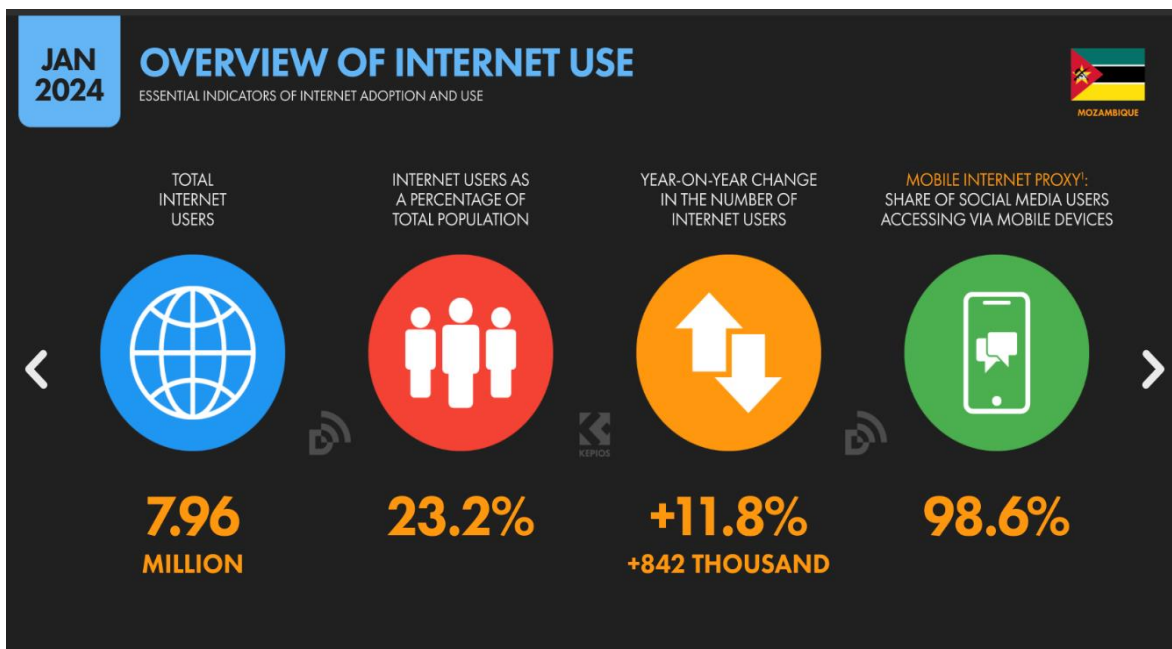


Figura 1: Uso da Internet em Moçambique (DataReportal, 2024).

2.2. Facebook, a rede mais usada

Os dados do DataReportal (2024) indicam que a velocidade média de ligação à Internet móvel através de redes celulares é 19,78 Mbps e a velocidade média de ligação à Internet fixa é 6,29 Mbps. Os mesmos dados (*ibidem*) revelam que a velocidade média de ligação à Internet móvel em Moçambique aumentou 0,65 Mbps (3,4%) nos doze meses anteriores a Janeiro de 2024. Destaca-se que a velocidade de ligação à Internet de cabo fixo em Moçambique aumentou 6,79 Mbps (107%) no mesmo período. Embora não se tenha clareza sobre as regiões do país consideradas para medir a velocidade da ligação à Internet, deve ser assumido que a qualidade da conexão em Moçambique ainda deixa muito a desejar, o que constrange o usufruto pleno dos benefícios que a Internet pode oferecer.

O Facebook é a rede social da Internet de interesse na presente análise, pois, como se pode ver na figura 2, é a rede social da Internet mais usada no país, com perto de 3,20 milhões de usuários conectados todos os meses – o que equivale a dizer que 93% de moçambicanos usam diariamente a referida plataforma.



Figura 2: Uso do Facebook em Moçambique (DataReportal, 2024).

Como se pode ver no gráfico acima, o alcance dos anúncios do Facebook em Moçambique era equivalente a 40,2% da base de utilizadores locais da Internet em Janeiro de 2024. Nessa altura, 41,3% da audiência de anúncios do Facebook em Moçambique era do sexo feminino, e 58,7% era do sexo masculino (DataReportal, 2024).

3. UMA “NETNOGRAFIA” NO FACEBOOK DO INGD

Quando um desastre acontece, o espectáculo que o evento provoca ocupa os destaques dos *media*, dando-lhe assim uma repercussão explosiva (Calandra, 2022). Tal foi o caso do ciclone Idai e das inundações de Março de 2019. Desde a ocorrência destes, as redes sociais da Internet conheceram um uso pouco comum até então em Moçambique: enquanto diversos actores da sociedade civil (jovens, ONGs, instituições religiosas, entre outras) usam-nas para mobilizar ajuda humanitária, angariar fundos e expressar solidariedade para com as famílias afectadas (Tsandzana, 2023), outros recorrem às mesmas para questionar, de modo geral, o papel do Estado na gestão de crises daquela natureza e, muito em particular, o papel das instituições de gestão de desastres em Moçambique.

A utilização das redes sociais de Internet na governação de desastres já foi estudada noutros contextos. Tal foi o caso da erupção do Vulcão Murano, na ilha de Ambae, no Vanuatu, entre 2017 e 2018 (Calandra, 2022). Partindo de dados etnográficos e da análise de um grupo Facebook (número de publicações, de comentários, “likes” e partilhas), Calandra (2022)

mostra o interesse da utilização das redes sociais de Internet pelas autoridades e pela população, para a disponibilização de informações sobre o desastre.

No caso de Moçambique, aqui analisado, considerou-se a página Facebook do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) – instituição governamental responsável pela coordenação das acções de Redução do Risco de Desastres (RRD) em Moçambique. No momento em que se publica este texto (Julho, 2024), o INGD está com um máximo de 24.000 seguidores (*screenshot 1*), um número modesto se comparado com o global de outros institutos públicos. Tal pode ser justificado pelo facto de, nos últimos anos, o país ter sido afectado pela ocorrência de eventos climáticos extremos na época chuvosa e ciclónica, o que aumentou a atenção dos cidadãos em busca de informação. Pode ainda ser justificado pela necessidade de os veículos virtuais terem-se tornado de fácil acesso e dinâmicos, comparando com os meios tradicionais de comunicação.



Screenshot 1: Página Facebook do INGD (Março, 2024)

Os registos das primeiras publicações na página Facebook⁹ da instituição remontam a Fevereiro de 2019, algumas semanas antes da passagem dos dois maiores desastres que afectaram o país naquele ano: os ciclones Idai e Kenneth. Partindo de uma busca na própria página do INGD (pesquisa na linha do tempo virtual), captou-se que, entre os meses de Fevereiro de 2019 e Dezembro de 2023 foram feitas mais de 640 publicações (texto, imagem, vídeos), totalizando 42.289 “likes”, 3.918 “comentários” e 11.190 “partilhas”. Em respeito ao

⁹ Facebook, INGD – <https://web.facebook.com/INGD.Mocambique/>. Consulta em 26 de Março de 2024.

preceito ético de análise na esfera digital, em todos os *screenshots* apresentados ao longo deste texto foram omitidos os nomes dos usuários.

Por escolha metodológica dos autores, as análises, neste texto, basearam-se nas publicações efectuadas nos primeiros quatro meses de cada ano (2019, 2020, 2021, 2022, 2023), por corresponderem ao período de pico da época chuvosa e ciclónica. Contudo, não se pretende desconsiderar a importância e impactos das publicações realizadas nos restantes meses do ano, pois compreende-se que “a governação dos desastres” (Revet, 2015; Cabane, 2023) deve ser, como propõe Artur (2023), uma actividade contínua, e não uma excepcionalidade da época chuvosa e ciclónica. Por outras palavras, não existe um período específico e pré-determinado em que uma determinada acção deste tipo inicia ou finda por completo.

Embora com níveis ligeiramente limitados de acesso à Internet, como Moçambique, entendemos que, no global, em emergências provocadas por desastres “naturais” as redes sociais da Internet são uma fonte prioritária de informação para a população (Calandra, 2022), que pode ser útil, tanto nas actividades de resgate, como no apoio imediato às vítimas (IFRC, 2013). Em relação ao nosso caso-de-estudo, constata-se que os ciclones Idai e Kenneth em 2019, seguidos pelos eventos em 2023 (ciclone Freddy e inundações de 2023) foram os que tiveram maior número de “likes”, de “comentários” e de “partilhas” (figuras 3 e 4).

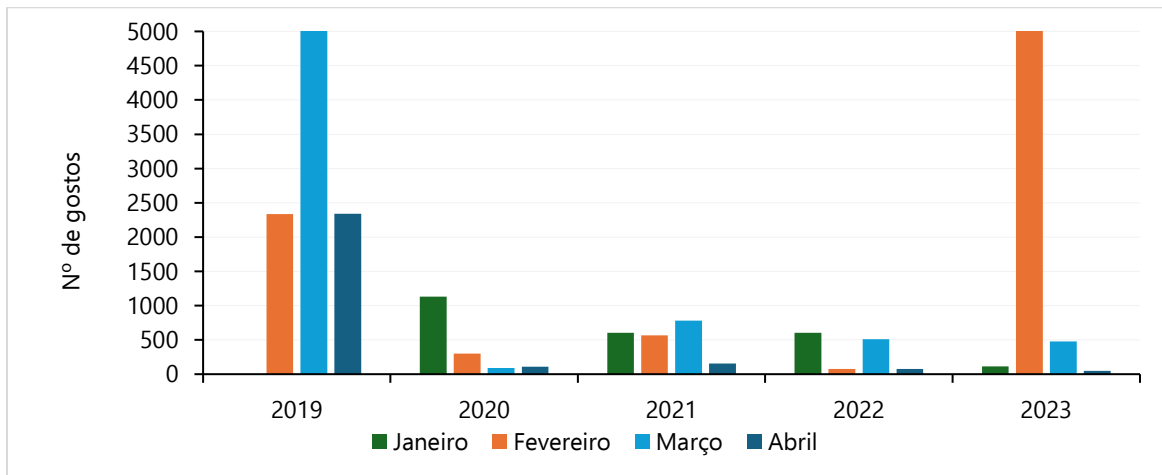


Figura 3: Número de “likes” nas publicações do INGD entre Janeiro e Abril (2019-2023). Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do INGD.

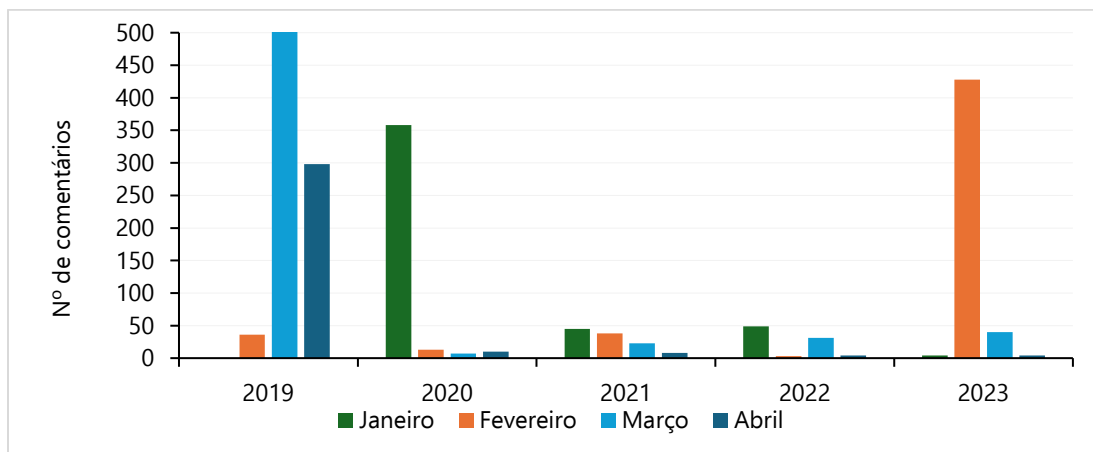


Figura 4: Número de "comentários" nas publicações do INGD entre Janeiro e Abril (2019-2023).
 Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do INGD.

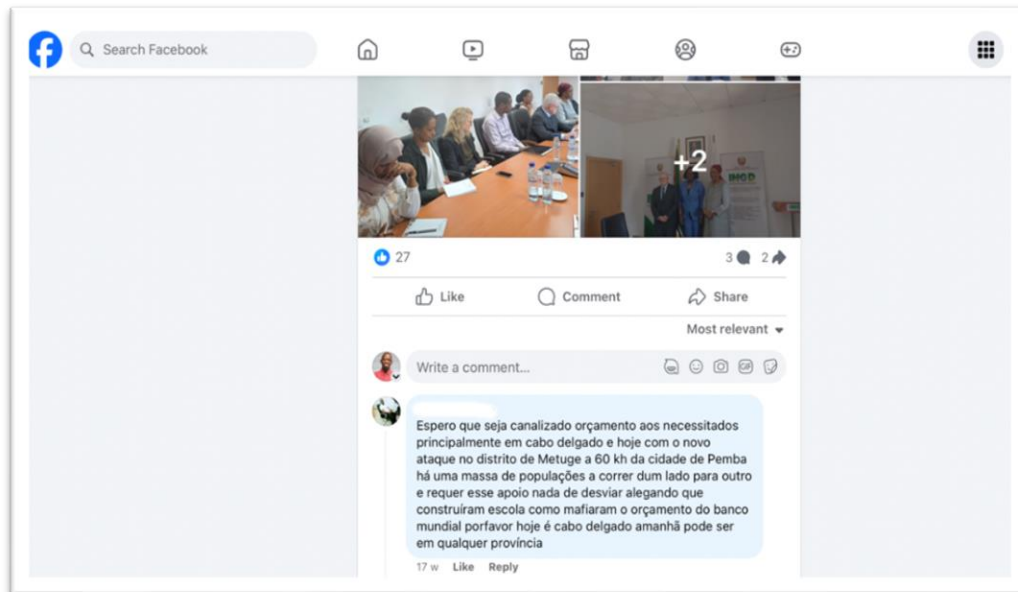
Dos gráficos acima pode-se constatar um aumento substancial sempre que se aproxima ou ocorre um evento extremo em Moçambique. Contudo, alguma atenção deve ser tida na leitura dos dados, uma vez que o significado os *likes* e comentários não é, *per se*, um factor consensual que possa medir a percepção de uma determinada realidade, dado que, por detrás de um *like* ou partilha, esconde-se uma identidade que nem sempre é passível de ser reconhecida ou autenticada. E mais, os dados sobre a utilização das redes sociais da Internet não captam, em si, a realidade total, razão pela qual se sente a necessidade de buscar relatos efectivos na base de comentários – a fluidez da Internet faz com que qualquer leitura mereça a devida cautela, sem com isso contar para uma crescente fractura digital [*digital divide*].

Segundo indica o World Risk Report (2022), as redes sociais da Internet estão a transformar o panorama da informação humanitária, ao possibilitarem a partilha de informações que permitem responder aos desastres, em tempo útil. O relatório indica ainda que parte considerável das informações digitais geradas e consumidas durante as emergências é gerada pelos próprios utilizadores, sendo a sua filtragem um dos maiores desafios às instituições.

No caso de Moçambique, para além de projectar as actividades do INGD durante os períodos de emergências (angariação de donativos, sua distribuição às pessoas afectadas, o reassentamento das pessoas deslocadas internamente, etc.), as redes sociais da Internet, sobretudo o Facebook, são também utilizadas para visibilizar as parcerias institucionais do INGD e a implementação das actividades da instituição (exercícios de simulação e ensaios para a época chuvosa e ciclónica, educação cívica sobre deslocamentos internos, participações externas do INGD em debates e conferências internacionais).

Numa análise netnográfica (Kuzinets, 2014) da página, pode-se deduzir que, para os “seguidores” da página, o Facebook assume o papel de “caixa de reclamações e sugestões”, para exigir transparência na gestão dos fundos alocados pelas agências internacionais de ajuda, num contexto em que a reputação do INGC, desde a sua criação, tem sido alvo de denúncias de corrupção¹⁰ (Christie & Hanlon, 2001; Nhamirre, 2023) e de desvio de donativos destinados às vítimas dos desastres¹¹.

Pode-se ler nos comentários às várias das publicações, feitos em Fevereiro de 2024, referência a expressões como “roubar”, “pedir ajuda nos outros países para meterem nos vossos bolsos grandes”, mostrando descontentamento e desconfiança em relação à gestão dos fundos e donativos enviados à instituição. Tal situação entra numa esfera global em que o espaço digital passa a ser visto como uma “forma de escape” ou mecanismo de monitoria da governação por meios virtuais (Tsandzana, 2023).



Screenshot 2. comentário na página do INGD – Fevereiro de 2024 (captado pelos autores).

¹⁰ Em Novembro de 2022, o Banco Mundial suspendeu o financiamento ao INGD devido à utilização indevida de mais de 32,5 milhões de MZN (Nhamirre, 2023). Os fundos destinavam-se à gestão de desastres e à recuperação pós-ciclones Idai e Kenneth. Numa carta enviada em Agosto de 2022 ao Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, o Banco Mundial indicou que algumas despesas efectuadas pelo INGD através do Fundo de Gestão de Calamidades (FGC), como a compra de viaturas, a construção de pontes ou a construção de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, não eram elegíveis para o financiamento que lhe tinha sido concedido (Mansani, 2023). Assim, o Banco Mundial condicionou o desembolso de um novo fundo à devolução dos montantes gastos ilegalmente, como revelam os redactores de Carta de Moçambique (2023).

¹¹ RTP, https://www.rtp.pt/noticias/mundo/policia-mocambicana-detem-delegado-por-desvio-de-produtos-destinados-a-vitimas-do-ciclone-freddy_n1479742. Consulta em 10 de Maio de 2024.

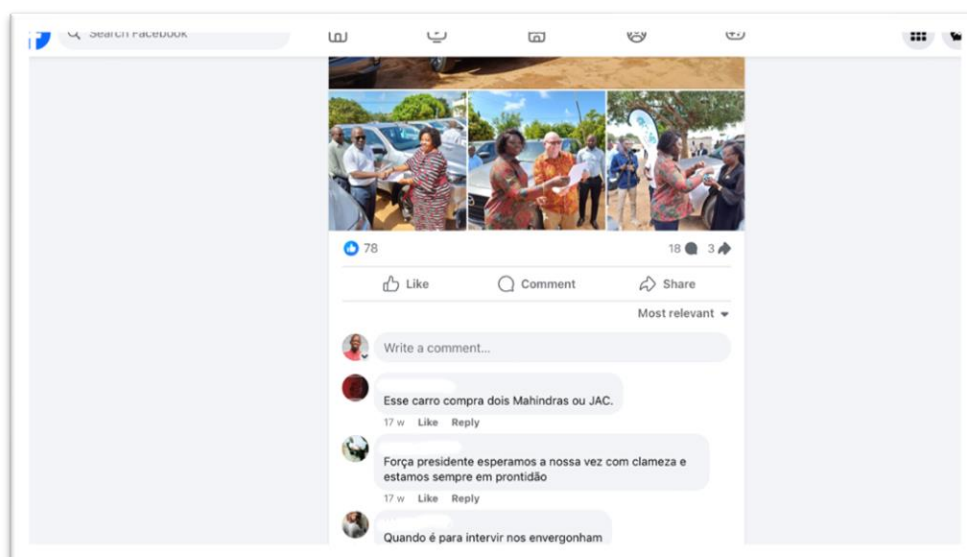
Os comentários visíveis no *screenshot 2*, no entanto, assumem um carácter de “monólogo”, isto é, apenas os “seguidores” comentam as publicações, sem que haja registo de respostas da instituição (ou dos gestores da página) àqueles. É o caso, por exemplo, do comentário acima sobre uma das publicações do INGD, a propósito de um encontro entre o INGD e uma equipa das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). Constatámos também que foram postados comentários em apoio à instituição, alguns dos quais centrados na figura da presidente do INGD.

Num outro exemplo, pode ser visto que o tom de reclamações se agudizou na medida em que o INGD aumentou igualmente a sua presença na esfera digital (em termos de publicações), tal como ilustra o *screenshot 3* abaixo. Um dos usuários insinua mesmo que os apoios canalizados para o INGD são intencionalmente desviados, quando afirma “estão a nos amostrar o quê? para depois levarem para vossas casas”.



Screenshot 3: comentário na página do INGD – Fevereiro 2023 (captado pelos autores).

O ambiente de insinuação de corrupção repete-se (*screenshot 4*) no acto da recepção de novas viaturas, onde um dos usuários chega a dizer “Quando é para intervir nos envergonham”.



Screenshot 4: comentários na página do INGD – Fevereiro 2024 (captado pelos autores).

Um outro género interessante de publicações a destacar é a partilha de alertas para tomada de medidas de precaução e uso de espaços seguros de abrigo em caso de ocorrência de eventos extremos.



Screenshot 5: alerta emitido pelo INGD – Fevereiro 2023 (captado pelos autores).

Diante do exposto até aqui, é nosso entendimento que o interesse pelas questões climáticas, em particular a gestão de desastres, aumentou consideravelmente. Contribuiu para isto o facto de a ocorrência de eventos hidro-meteorológicos extremos já não ser excepcional (Aykut & Dahan, 2015; Tsing, 2019; Artur, 2023) e, por isso, os efeitos dos eventos nos meios

de vida e de subsistência da população são cada vez mais perceptíveis e preocupantes. Note-se que as publicações sobre o resgate de pessoas afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth, respectivamente em Março e Abril de 2019, e os impactos das cheias de 2023 no Sul do país são as que tiveram maior número de partilhas, o que pode ter tido impacto na resposta humanitária àqueles eventos. Verifica-se um desinteresse/distanciamento dos usuários em publicações ligadas ao funcionamento interno do INGD (reuniões, seminários, visitas oficiais, etc.). O número de partilhas deste tipo de publicações é menor, quando comparado, por exemplo, com partilhas de publicações sobre avisos de ocorrências de inundações ou ciclones.

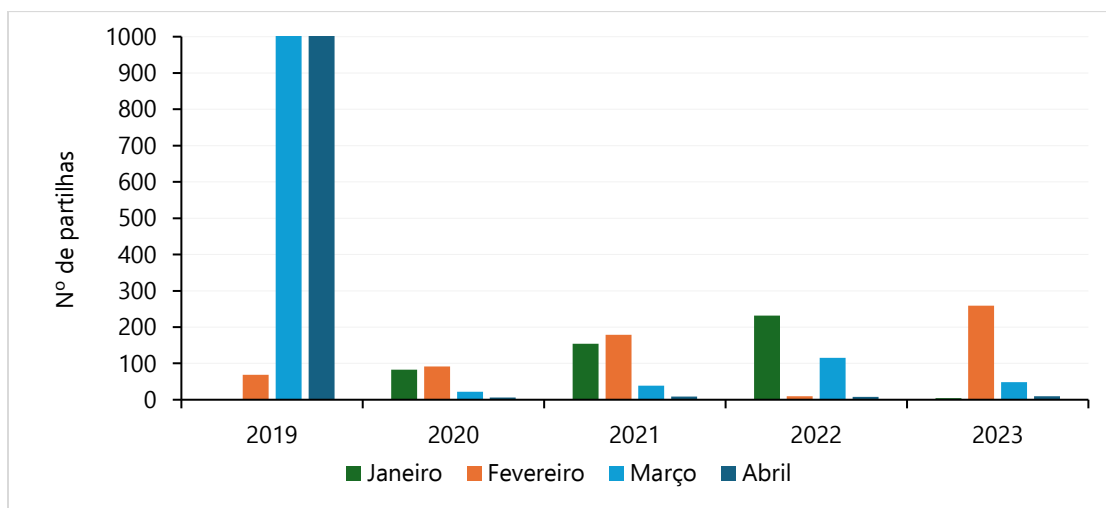


Figura 5: Número de "partilhas" nas publicações do INGD entre Janeiro e Abril (2019-2023). Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do INGD.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os eventos climáticos extremos constituem, no contexto actual, um dos maiores desafios da governação, de tal forma que a governação de desastres não pode ser separada da governação pública, como um todo. Nos últimos cinco anos (2019-2024), as redes sociais de Internet desempenharam um papel importante na resposta aos eventos que abalaram Moçambique, pese embora a utilização de métodos, como SMS (mensagens de texto), também prevaleça como uma ferramenta central, dado que, como ilustrado, os usuários de Internet ainda estão em pequena escala no país. No contexto actual, as redes sociais constituem uma ferramenta-chave, tanto da governação institucional, como nos esforços de Redução do Risco de Desastres (RRD) em Moçambique, duas das áreas prioritárias definidas no Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030), aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A diversos níveis, as intervenções nos momentos das crises mostram até que ponto os desastres “reúnem as pessoas à sua volta” (Moreau, 2017) e podem ser vividos como momentos “consensuais” de crise, onde as ações de solidariedade, cooperação e empatia são importantes na resposta à crise gerada (Mendes & Araújo, 2016; Tierney, 2012). Por outras palavras, existem sentimentos de empatia, emoções e sensibilidades partilhadas (Carretero Pasín, 2003) com as vítimas, reforçados pelas imagens veiculadas nos medias nacionais e internacionais, bem como nas redes sociais de Internet. A emoção gerada pelos desastres amplamente mediatizados pode ser utilizada para reforçar os pedidos de ajuda financeira das agências humanitárias internacionais, cuja aplicação tem constituído motivo de desconfiança e de descontentamento por parte de alguns dos usuários das redes sociais de Internet.

Na abundante informação que circula nas redes sociais de Internet, alguma não verdadeira (“fake news”), a filtragem das informações constitui um desafio para as instituições, como o INGD. As redes sociais de Internet podem contribuir para melhorar a transparência na gestão dos recursos provenientes de donativos e mobilizar mais pessoas a participar de ações de salvamento e solidariedade em situação de crise. Uma articulação com as rádios comunitárias e os comités locais de gestão do risco de desastre pode tornar mais eficaz a divulgação de medidas preventivas, capazes de reduzir os danos materiais e humanos.

BIBLIOGRAFIA

- ARTUR, L. (2023). *Normalizar a excepcionalidade de eventos climáticos extremos e desnaturalizar os desastres em Moçambique* (Destaque Rural 225). OMR.
- AYKUT, S., & Dahan, A. (2015). *Gouverner le climat ? : Vingt ans de négociations internationales*. Les Presses de Sciences Po.
- CABANE, L. (2023). *The Government of Disasters: State Formation and Disaster Management In South Africa* (1st ed. 2023 edition). Palgrave Macmillan.
- CALANDRA, M. (2022). Une réponse humanitaire sous l'influence des réseaux sociaux ? Le cas de la catastrophe d'Ambae au Vanuatu. *Les Cahiers d'Outre-Mer*, 286(2), 523-552.
- CARRETERO PASIN, A. E. (2003). La réaction sociale face à la catastrophe. Une interprétation des réponses communautaires devant une crise écologique. *Sociétés*, 81(3), 91-103. <https://doi.org/10.3917/soc.081.0091>
- CHRISTIE, F., & Hanlon, J. (2001). *Mozambique and the Great Flood of 2000*. Indiana University Press.
- HECKER, M. (2014). Le tsunami numérique : Gérer les catastrophes naturelles à l'heure des réseaux sociaux. *Le tsunami numérique : gérer les catastrophes naturelles à l'heure des réseaux sociaux / Mark Hecker. n° 4207 2014, juillet-août, 4207, 9-18*.
- IFRC. (2013). *World Disasters Report 2013. Focus on technology and the future of humanitarian action*. IFRC.
- INGD. (2022, février 11). *Desastres em Moçambique, período de 1984 a 2022*.

- JOANGUETE, C. & Tsandzana, D. (2023). *Cidadania Digital: Explorando Oportunidades e Enfrentando Desafios*. Maputo. Ethale.
- MANDAMULE, U. (2023). *After cyclone Idai, the floods: Narratives and lessons from an (un)expected and « exceptional » disaster* [Observador Rural]. OMR.
- MANSANI, T. (2023, février 13). « *Desvio de verbas* » explica falhas nas cheias em Maputo—ONG – DW – 13/02/2023. dw.com. <https://www.dw.com/pt-002/desvio-de-verbas-explica-falhas-nas-cheias-em-maputo-ong/a-64691701>
- MENDES, J. M., & Araújo, P. (2016). Risco, catástrofes e a questão das vítimas. *e-cadernos CES*, 25. <https://doi.org/10.4000/eces.2029>
- Moreau, Y. (2017). *Vivre avec les catastrophes*. Presses Universitaires de France. <https://doi.org/10.3917/puf.morea.2017.03>
- NHAMIRRE, B. (2023). *Corrupção enfraquece capacidade do Governo de dar resposta a desastres humanitários* (Edição 1; p. 8). CIP.
- REDACÇÃO. (2023, février 27). *Escândalo : Banco Mundial corta apoio ao INGD por desvio de aplicação de fundos para calamidades*. Carta de Moçambique. <https://cartamz.com/index.php/politica/item/12440-escandalo-banco-mundial-corta-apoio-ao-ingd-por-desvio-de-aplicacao-de-fundos-para-calamidades>
- REVET, S. (2015). Le gouvernement mondial des catastrophes « naturelles ». In *L'Enjeu mondial* (p. 171-180). Presses de Sciences Po. <http://www.cairn.info/l-enjeu-mondial--9782724617504-page-171.htm>
- TIERNEY, K. (2012). A bridge to somewhere: William Freudenburg, environmental sociology, and disaster research. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, 2(1), 58-68. <https://doi.org/10.1007/s13412-011-0053-9>
- TSANDZANA, D. (2023). *Reporting on Everyday Life: Practices and Experiences of Citizen Journalism in Mozambique*. In: Matsilele, T., Mpofu, S., Moyo, D. (eds) *New Journalism Ecologies in East and Southern Africa*. Palgrave Macmillan, Cham.
- TSING, A. L. (2019). *Viver nas ruínas : Paisagens multiespécies no antropoceno* (T. M. Cardoso & R. V. Devos, Éds.). IEB Mil Folhas.
- VIDAL, B. (2014). « Post catastropham omne animal triste est ». Pop-cultures du désastre et consommation ordinaire de l'extraordinaire événementiel. *Sociétés*, 126(4), 71-80. <https://doi.org/10.3917/soc.126.0071>
- WORLD RISK REPORT. (2022). *World Risk Report 2022*. Bündnis Entwicklung Hilft, Ruhr University Bochum – Institute for International Law of Peace and Conflict. <https://weltrisikobericht.de/weltrisikobericht-2022-e>